



MARGARIDAS EM MARCHA
PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL E PELO BEM VIVER



APRESENTAÇÃO

Queridas companheiras margaridas,

Está próximo o momento de nos encontrarmos em Brasília para, juntas e em marcha, anunciarmos à sociedade e ao Governo eleito, o Brasil que nós queremos construir. Quatro anos se passaram desde o nosso último encontro na Capital Federal, em 2019. Naquele momento marchávamos para resistir e assim denunciar os ataques aos direitos e à vida que nós, mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades estávamos sofrendo.

Desde então, vivemos momentos difíceis, sombrios e de muitas incertezas. Reagimos cotidianamente aos ataques, violações e desmonte das políticas públicas que asseguravam os nossos direitos, conquistados pela força da nossa luta. Atravessamos durante todos esses anos - e no meio dessa travessia, uma pandemia - os impactos da gestão de um governo negacionista, que implementou um projeto de morte, atentando contra todas as bases da vida. Na luta por sobrevivência, mesmo vivendo às margens, nós atuamos incansavelmente em defesa da nossa existência, construímos nossas histórias, protagonizamos a luta em defesa dos nossos direitos, resistimos e procuramos formas de nos organizar a partir de questões do nosso cotidiano. Nós mostramos que há resistência e que somos resilientes!

E foi o desejo de construir uma sociedade do Bem Viver que impulsionou nosso engajamento no processo eleitoral 2022. Nós nos posicionamos favoráveis à candidatura do campo democrático popular representado por Lula. Estivemos comprometidas e empenhadas durante as eleições, desde os nossos territórios, nas ruas, comunidades, assentamentos, po-

voados, bairros, nas redes sociais e em todos os nossos espaços de atuação. Celebramos a eleição do Presidente Lula e a possibilidade de reconstrução democrática do Estado de Direito em nosso país. Essa reconstrução exige a força e a determinação necessária para superação dos retrocessos que o governo anterior impôs as nossas vidas e à vida do nosso povo; e o firme compromisso com a retomada das políticas públicas para agricultura familiar, mas, sobretudo, para nós mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e das cidades.

Nós seremos recebidas, em Brasília, pelo novo governo e apresentaremos uma plataforma política propositiva, com uma pauta de reivindicações. Acreditamos que diálogos como esse será fundamental para a gestão democrática do Estado brasileiro e pra a formulação e implementação de políticas públicas que visem diminuir as desigualdades sociais de gênero e étnico-raciais.

Até lá precisamos nos preparar, debater, discutir mais sobre o Brasil que queremos reconstruir. Para isso precisamos seguir marchando desde os nossos territórios, nos organizando, nos mobilizando e em diálogo permanente com mulheres trabalhadoras, negras, periféricas, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quilombolas, pescadoras e tantas outras que compõem esse mosaico de diversidade que é a Marcha das Margaridas.

Para contribuir com esse processo de formação política, que chamamos de formação na ação, a CONTAG e as organizações parceiras da Marcha das Margaridas 2023 faz chegar até vocês esses cadernos de estudos, com a intenção de subsidiar os debates nas comunidades. Eles trazem a apresentação do lema e mais os 13 eixos políticos que nos levam a marchar, estando assim organizados:



1

Apresentação do Lema da
Marcha das Margaridas 2023

2

EIXO 1 - Democracia participativa e
soberania popular

3

EIXO 2 - Poder e
participação política
das mulheres

4

EIXO 3 - Vida livre de todas
as formas de violência,
sem racismo e sem sexis-
mo

5

EIXO 4 - Autonomia e
liberdade das mulheres
sobre o seu corpo e a
sua sexualidade

6

EIXO 5 - Proteção da
natureza com justiça
ambiental e
climática

7

EIXO 6 - Autodeterminação dos
povos, com soberania alimen-
tar, hídrica e
energética

8

EIXO 7 - Democratiza-
ção do acesso à terra
e garantia dos direitos
territoriais e dos
maretórios

9

EIXO 8 - Direito de
acesso e uso social da
biodiversidade e defesa dos
bens comuns

10

EIXO 9 - Vida saudável com
agroecologia e segurança ali-
mentar e nutricional

11

EIXO 10 - Autonomia
econômica, inclusão
produtiva, trabalho e
renda

12

EIXO 11 - Saúde, previdência e
assistência social pública,
universal e solidária

13

EIXO 12 - Educação pú-
blica não sexista e antir-
racista e direito à edu-
cação do e no campo

14

EIXO 13 - Universaliza-
ção do acesso à inter-
net e inclusão digital

Os cadernos foram divididos em eixos para favorecer o seu uso em nossas atividades, afinal, isso facilita na hora em que nos dividimos em grupos para o debate dos temas. Porém, não esqueçam que a luta da Marcha das Margaridas articula TODOS os eixos políticos, através do lema: “Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”.

Por isso, tenham em mente que cada tema abordado está interligado ao outro e é parte do todo que é a nossa Plataforma Política. A partir das discussões suscitadas pelas leituras, iremos construir a nossa pauta de reivindicações, a pauta da Marcha das Margaridas 2023, que certamente refletirá a diversidade, interesses, ideias e vozes ecoadas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas.

Assim sendo, desejamos que esse material provoque boas reflexões e bons debates!

Mazé Moraes

*Secretária de Mulheres da CONTAG
Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas 2023*



MARGARIDAS EM MARCHA PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL e PELO BEM VIVER

Esse é o lema da Marcha da Marcha das Margaridas 2023 e através dele falamos para a sociedade aquilo que nos motiva e o sentido dessa marcha. Marchamos porque queremos participar da reconstrução do nosso país e criar as bases para uma sociedade do Bem Viver. Esse é o sentido e a direção da nossa luta, tecida coletivamente.

Então, por que as margaridas falam em **“reconstruir o Brasil”**?

Se reconstruir é construir novamente, é refazer, então algo foi desconstruído. Sim! O ex-presidente, assim que assumiu o governo em 2019, declarou: “Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer.”

Ele prometeu e cumpriu! As políticas públicas e os direitos da população, de um modo geral, não foram apenas ameaçados como deliberadamente atacados.

Vejamos um brevíssimo panorama do Brasil que o Governo anterior deixou, para identificar algumas pistas dos desafios que teremos pela frente e que devem estar na mira da agenda social e política do Governo Lula e dos movimentos sociais para os próximos anos.

Do ponto de vista social:

Milhões de pessoas em situação de pobreza e fome. Mais da metade da população se encontra em situação de insegurança alimentar. 33,1 milhões de pessoas passam fome, o que nos leva a patamares de insegurança alimentar grave anteriores à década de 1990.

Imposição de retrocessos nos direitos. Congelamento dos investimentos em políticas sociais de educação, saúde, assistência social, ciência e tecnologia e sucateamento dos serviços públicos básicos como saúde e educação e das empresas públicas.

Desestruturação da rede de proteção social, do dismantelamento dos sistemas nacionais de proteção social, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a fragilização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), que se fez sentir nos retrocessos nas políticas de saúde, da luta contra a Aids, à saúde mental e indígena e na saúde integral das populações do campo, da floresta e das águas.

Precarização das políticas de proteção social do Estado Brasileiro, incluindo a previdência, sem equipamentos públicos que possam atenuar a tarefa de cuidados, como creches, escolas infantis, e com unidades de saúde insuficientes para atender as suas demandas, E como consequência, a divisão sexual do trabalho foi reforçada, uma vez que o trabalho de cuidados recai sobre as mulheres.

Crescimento do sexismo, do racismo e da precarização da vida, com aumento desenfreado das violências contra as mulheres nas suas mais variadas formas, e crescimento do feminicídio.



Do ponto de vista econômico:

Fortalecimento da economia ultraneoliberal, com cortes orçamentários e o sufocamento de programas voltados para a transferência de renda e para a agricultura familiar.

Subordinação das políticas nacionais aos interesses predatórios do agronegócio, das mineradoras e do sistema financeiro. No país em que o “agro é pop, agro é tudo” e um dos grandes exportadores mundiais de “alimentos”, a insegurança alimentar é gigante. Escassez e aumento dos preços de alimentos.

Contexto de desemprego, precarização do trabalho, arrocho salarial, desvalorização do salário mínimo, aumento da inflação e o empobrecimento da população, que levou ao aumento da vulnerabilidade social e a violência e a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, com impacto maior sobre as mulheres da classe trabalhadora, a população negra e o povo pobre.

Crise econômica e social, acentuada com a pandemia do coronavírus, empurrou cada vez mais pessoas para situação de fome e de rua em inúmeras cidades. Entre essas, muitas mães, sobretudo, negras, com suas crianças. Baixos índices de crescimento da década, desmonte das cadeias de produção e das políticas de apoio à agricultura familiar, e privatização em áreas estratégicas, como consequência da aplicação do programa neoliberal.



Do ponto de vista ambiental:

A ordem foi passar a boiada, e para a boiada passar foi preciso paralisar as políticas públicas de reconhecimento de povos tradicionais. A Amazônia bateu recorde de desmatamento, os órgãos e as fiscalizações ambientais foram enfraquecidos, mais de 1500 agrotóxicos foram liberados, a expansão do garimpo ilegal e a exploração de madeiras foram incentivadas.

Grandes corporações, com apoio da maioria do Congresso Nacional, promovem a destruição da natureza e também a morte, com seus pacotes de venenos na agricultura, venda de armas, aumento da militarização, e da violência resultante dos conflitos fundiários e ambientais.

No Congresso avançam vários projetos de lei que ameaçam a vida e os direitos. O contexto de emergência climática, agravada pelo desmatamento, contribui para eventos extremos que resultam em perda de vidas e de danos materiais.

Foram realizados esforços ultraneoliberais de mercantilização dos bens da natureza e apoio incondicional ao agronegócio, por meio da edição de medidas de desregulamentação setorial, resultando no aumento de conflitos ambientais.

Desmante das políticas de promoção da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Enfraquecimento da FUNAI; INCRA, operacionalmente, fragilizado e direcionado para o abandono de competências constitucionais ligadas à função social da terra.



Do ponto de vista da política:

Ataques à democracia, e retrocessos democráticos e de direitos. Os espaços e mecanismos da democracia participativa e soberania populares, tão fundamentais para garantir a participação da sociedade nas políticas públicas e serviços públicos foram extintos.

Ascensão e articulação da extrema-direita, inclusive com apoio das corporações transnacionais, solapando o Estado brasileiro e ameaçando a soberania nacional.

Utilização de uma “guerra cultural”, pela extrema-direita, como ponta de lança com ideias neoliberais e neofascistas de ódio, violência, destruição do inimigo, negação da história, da ciência e combate ao comunismo, para conquistar mentes de milhões de pessoas.

Apropriação das redes sociais e dos algoritmos como instrumento de manipulação dos fatos para criar “realidades” através das fake news, modulam não apenas o conteúdo, mas também a forma do pensar, e do não pensar, ameaçando as diferentes formas de reflexão.

Corrosão do tecido social e fortalecimento de uma sociabilidade que coloca todos contra todos. Crescimento do pentecostalismo e do conservadorismo, com aumento da intolerância pela discriminação racial, de gênero, sexualidade, religião, e política, que fomentou sentimentos de ódio. A fé utilizada para manipular consciências fomentou a política de ódio instalada no Brasil.

Crescimento do campo ideológico e institucional conservador que reflete o perfil do Congresso Nacional, para o qual foram eleitas(os), majoritariamente, parlamentares representando uma política de direita e profundamente conservadora.

Crescimento da violência política de gênero, com aumento de ações violentas direcionadas às mulheres que disputam o poder político, seja nos partidos políticos, nos movimentos sociais, durante a campanha eleitoral e mesmo ao longo do mandato, só por serem mulheres.



Diante desse breve panorama que esboça o Brasil hoje, ficam evidentes os desafios que o Governo Lula terá que enfrentar diante da urgência de enfrentar as desigualdades econômicas, sociais e étnico-raciais, para fortalecer a democracia e garantir cidadania plena para toda a população, considerando a sua diversidade territorial, étnico-racial e de gênero, por que são dimensões implicadas na forma de viver essas desigualdades. Esse enfrentamento passa pela reconstrução de políticas públicas interrompidas ou prejudicadas nos últimos anos.

As mulheres, notadamente, as mulheres negras, trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas tem vivenciado os efeitos danosos da ausência dessas políticas no seu cotidiano. E isso significa que direitos lhes foram negados, assim como foram negadas existências e pos-

sibilidades do cuidado, proteção e segurança.

Por isso essas mulheres se propuseram a marchar para **RECONSTRUIR** tudo o que foi destruído, e em condições nada fáceis: esse é o tamanho do desafio que está colocado também para a Marcha das Margaridas 2023.

A devastação veloz da natureza e da biodiversidade, associada ao reforço das transnacionais da mineração e do agronegócio e o sacrifício da soberania nacional e popular, com a subordinação do país aos interesses das corporações transnacionais, reforçaram a necessidade de pensar que Brasil se quer reconstruir. Um Brasil do **Bem Viver!** Esse é o horizonte e o sentido da reconstrução do Brasil que as Margaridas querem.



Mas qual o significado do Bem Viver?

O Bem Viver nasceu da experiência de vida coletiva de alguns povos e nacionalidades indígenas, e expressa suas formas de organização social e do viver coletivo, e as práticas políticas. Ele nos ensina que é possível construir relações de solidariedade e coletividade por meio de valores e princípios comuns.

São distintas as definições de Bem Viver, assim como são distintas as maneiras de vivenciá-lo. Mas de um modo geral é possível dizer que o que há em comum entre essas várias vivências é que elas propõem a integralidade do mundo e uma vivência em harmonia com a natureza, envolvendo o cuidado e a proteção da Mãe Terra, geradora da vida.

O Bem Viver que inspira as Margaridas parte do fundamento de que somos seres que existimos em comunidade e somos parte da Natureza. Ele se constrói em oposição a um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como recursos para a produção de mercadorias, que promove a concentração de bens e riqueza, que gera conflitos e violências; e que em nome do crescimento econômico beneficia o agrogócio, os monocultivos, os grandes projetos, a exploração mineral e tudo o mais que destrói a biodiversidade, envenena a terra, as águas e todos os seres vivos.

O Bem Viver que as Margaridas anunciam se estabelece a partir de relações que respeita as diferenças e admite maneiras distintas

de viver; que cultiva o respeito e valorização de todas as formas de vida. E que aponta para uma economia construída a partir de práticas que levam a cultivar relações de reciprocidade, pautada na solidariedade, responsabilidade e integralidade.

Quando as Margaridas apontam o Bem Viver como o sentido do Brasil que elas querem reconstruir, elas estão reafirmando a possibilidade de: estabelecer uma relação de não-exploração com a natureza; usufruir do direito de viver em suas terras e territórios; mudar os moldes de produção e consumo, e propor novas formas de produção de alimentos, de modo a fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional; participar plenamente na política e nos espaços de decisões; limitar a concentração de riqueza, levando a uma convivência sem desigualdades, sem pobreza, sem fome, sem racismo e sem violência, em que as mulheres do campo, da floresta e das águas tenham autonomia sobre seus corpos-territórios; e, por fim, cultivar relações em que o cuidado e os afetos sejam resguardados por todas e todos.



FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Moraes Costa

Equipe:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação e edição final do texto:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar – CONTAG

Revisão final:

Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira – CONTAG

Arte de capa:

Ribs

Projeto gráfico e diagramação:

Indi Gouveia

Impressão:

Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG (GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaís Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Moraes Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO:



UnB | FUP



SENAR

REALIZAÇÃO:



PARCEIRAS:

